

DESVALORIZAÇÃO OU RECESSÃO

O GOVERNO está diante de um dilema. Se desvalorizar o Real para estimular as exportações, como querem os exportadores, a fim de combater o déficit comercial, o plano econômico pode ir para o buraco. A inflação volta e quem está devendo em dólar estará lascado. Se não fizer isso e deixar a economia aquecida, como está, desde o segundo semestre do ano passado, o déficit comercial se amplia, gerando tensões crescentes nos investidores, como refletem as opiniões emitidas por vários deles na Gazeta Mercantil, no último dia 4, preocupados com o crescimento do déficit em transações correntes, que, este ano alcançará a casa dos 30 bilhões de reais.

Nos últimos três meses, o déficit comercial registra 4 bilhões de reais. Anualizando-o, teremos um buraco nas contas de comércio de 16 bilhões de reais. Será o fim do Real, porque os investidores que estão botando dinheiro para sustentar o plano vão recuar, com medo de que aqui se repita o que aconteceu no México, no final de 94, com péssimas repercussões sobre toda a economia latino-americana, devido ao pânico que se instalou entre eles. As reservas acumuladas pelo atrativo dos juros altos, verdadeiras barrigas d'água, poderão esfumaçar-se.

Como não vai desvalorizar, para não provocar quebradeiras generalizadas e o retorno da inflação, e como não pretende deixar que o déficit comercial se amplie, favorecendo especulações perigosas no mercado-financeiro internacional quanto à possibilidade de se repetir no Brasil o desastre mexicano, o governo FHC ficará diante da opção de esfriar a economia, para reduzir o déficit na conta de comércio e acalmar os donos do capital.

As alternativas para tanto são várias – segurar a oferta de moeda, conter o consumo, reduzindo o prazo do crediário, aumentar o compulsório sobre os bancos, entre outras. São providências que, como se vê, resultarão em escassez da oferta de dinheiro no mercado. Conseqüentemente, aumentarão as taxas de juros, diante do crescimento da procura pela moeda escassa. Menor volume de dinheiro circulando no mercado refletirá sobre o nível das atividades econômicas. A indústria produzirá menos e o comércio venderá idem.

Os pontos altamente negativos decorrentes da decisão de frear a economia para evitar a deterioração das contas externas são conhecidos. Primeiro, aumentará o nível de desemprego, que já é grande, com o crescimento das importações, que deslocam a produção interna, levando empresas à bancarrota ou fazendo-as sucumbirem às ofertas baratas dos compradores externos, que dispõem de dinheiro para adquiri-las. E, segundo, ampliará a dívida interna governamental sob o impacto dos juros altos.

O déficit público vai crescer, diante do aumento do custo do dinheiro, o que, por sua vez, obrigará o governo a se endividar mais ainda, porque ele não terá a compensação imediata da redução dos seus custos proporcionada pelas reformas constitucionais, porque estas estão paradas, no Congresso. Ficaram em segundo plano, depois que ganhou notoriedade extraordinária a CPI dos Títulos Públicos, no seu trabalho de investigar um dos maiores escândalos financeiros da história da República.

O pé no freio da economia, opção que, agora, não sai da cabeça das autoridades econômicas, como se pode observar pelas notícias que estão saindo nas colunas especializadas, colhidas nos bastidores do governo, vai, por sua vez, refletir no campo político, nas bases do governo, que tem, na saúde do Plano Real, seu grande triunfo, junto ao eleitorado, para levantar a bandeira da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A desaceleração das atividades produtivas, acompanhadas dos seus inconvenientes habituais, desemprego, redução do consumo e expansão do déficit, que induz a análises pessimistas dos especialistas, poderá diminuir o apoio popular ao Plano Real, cuja façanha maior foi a de proporcionar

a expansão do crédito direto ao consumidor, que permitiu aos assalariados de baixa renda acesso ao consumo.

Juros mais altos elevarão as prestações das compras que fizeram, adquirindo rádio, televisão, geladeiras, eletrodomésticos em geral. A classe média, que trocou de carro, idem, igualmente terá que suportar uma prestação maior. Como explicar ao endividado consumidor de 24 a 48 prestações mensais que o que o governo está fazendo – ao conter o consumo por meio dos juros mais altos e da redução do número de prestações – contribuirá para o seu próprio benefício, na medida em que se busca salvar o Real? Todos vão compreender o ponto de vista oficial?

As pesquisas de opinião pública, certamente, refletirão o estado de espírito da população, a partir do momento em que as novas medidas econômicas começarem a refletir no bolso do contribuinte. Como ficará, a partir daí o apoio ao governo, no Congresso, para levar adiante as reformas administrativa, previdenciária e tributária, que estão emperradas? Terão os partidos que compõem a aliança governamental a mesma boa vontade para com o Planalto, em face dos tumultos por que passará o Real, daí decorrendo desgaste político para o Executivo? Será o momento em que a oposição elevará a sua voz contra o plano, para reiterar suas críticas que têm caído no esquecimento, porque o plano, por enquanto, está dando certo.

As chances de as vozes da oposição ganharem sonoridade poderão aumentar diante do acirramento das contradições intrínsecas ao plano, num ambiente político em que se vislumbra a disputa presidencial de 98. O fato é que começa a acontecer com o Plano Real o que ocorreu com o Plano Cavallo, na Argentina, depois que o México bateu o pino, em dezembro de 94. Menem ficou – e continua – diante do impasse em que, agora, se encontra FHC: recessão ou desvalorização. Como o plano de conversibilidade argentino não pode ser alterado sem que se altere a lei que o criou – o câmbio, na Argentina, é imexível por lei, ao contrário do câmbio brasileiro, que escorrega por meio de bandas fixadas pelo Banco Central –, o Presidente teve que apelar para a recessão, e em 95 e 96, o País assistiu o seu PIB despenhar. Resultado: a popularidade do governo, também, caiu feio, rejeição de 80%.

O câmbio, no Brasil, não está fixo ao dólar, como o câmbio argentino, mas a realidade é praticamente a mesma, porque com lei ou sem lei, desvalorizá-lo trará consequências deletérias, para a estabilização e, óbvio, para a popularidade de FHC. O momento de decisões drásticas para a correção de rumo do Real, portanto, está chegando. Toda a movimentação nervosa que se vê por parte das autoridades econômicas encobre o ensaio de providências que estão por vir. O peso político das mesmas estão sendo devidamente avaliados, na Fazenda, no Banco Central e no Palácio do Planalto.

O perigo é que o desenrolar da CPI dos Títulos Públicos, que contribui para o desgaste das instituições políticas como um todo, Governo e Congresso, pois ambos são cúmplices nessa empreitada dos precatórios, não favorece o anúncio de medidas econômicas impopulares. Mas que elas virão, tudo indica que sim, porque o Plano começa a fazer água.

CÉSAR FONSECA